



PROCESSOS POLÍTICOS QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019



PROCESSOS POLÍTICOS QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos políticos que envolvem a produção e organização do espaço [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-889-2 DOI 10.22533/at.ed.892192312 1. Geografia humana – Pesquisa – Brasil. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de. CDD 304.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É sabido que o seres humanos se organizam no tempo-espaço e modificam-se a partir das respectivas relações sociais de dada a conjuntura histórica. Nesse sentido, evidencia-se a modificação das paisagens naturais transformadas milenarmente, no Brasil e no mundo, que foram determinadas por padrões socialmente construídos e balizadas por avanços científicos e tecnológicos. Entretanto, não podemos perder de vista que as transformações geográficas são intrínsecas aos processos de organização da sociedade, sobretudo no que tange a geopolítica e os contextos: histórico, cultural, social, econômico e político.

O livro “Processos Políticos que envolvem a Produção e Organização do Espaço” é composto por oito artigos, que tratam de diferentes situações locais articulados as mudanças globais. Para tanto, foi subdividido em dois blocos centrais, o primeiro composto por aspectos relacionados à globalização e análises internacionais. E no segundo os autores tratam de casos da realidade brasileira.

De maneira introdutória os autores realizaram análise acerca da transformação da paisagem, abordando aspectos relacionados ao desenvolvimento local, regional e necessidade de adequações aos parâmetros globais, a chamada globalização. De mais a mais, os autores narram às fragilidades dos ajustamentos locais mediante as necessidades globalizadas, que perpassam a configuração do mercado, consumo, valor e lucro, sobremaneira por ser tratar de uma sociedade inerente à ordem capitalista.

Esse foi o “start” da discussão internacional, que aborda questões relacionadas a fronteiras territoriais e outras situações da contemporaneidade, inicialmente exibindo a experiência das cidades localizadas na República Dominicana e no Haiti, e, posteriormente discorrendo sobre os conflitos geopolíticos por recursos minerais no Congo, oportunizando a apresentação da construção histórica deste país.

O segundo bloco é composto por textos que versam sobre a realidade brasileira. Apresentando experiências dos Estados Mato Grosso do Sul, Maranhão, São Paulo (Santos), Rio de Janeiro (Resende) e também uma análise regional. Neste bloco a discussão permeou aspectos sobre a construção da educação e memória geográfica do Brasil, o processo de desenvolvimento urbanístico das relações sociais, o avanço tecnológico e reflexões sobre o processo da globalização. Abordando ainda a discussão sobre indígenas, camponeses e quilombolas.

Além disso, os autores evidenciam a construção do espaço urbano, que foi analisada sob a ótica da desproteção do Estado e respectivas mazelas sociais, que são engendradas ao processo de urbanização e industrialização. Os últimos capítulos revelam estudos de casos em cidades da região sudeste do Brasil, os quais refletem os diferentes tipos de situações associadas à (re)configuração das cidades, conformação das grandes metrópoles, reestruturação produtiva, expansão urbana e dinâmica das transações imobiliárias.

Neste livro, o leitor poderá aproximar-se da discussão da organização do espaço,

inclusive com ponderações sobre os diferentes momentos históricos e processos transversais. Cabe destacar que o assunto é mundialmente pertinente e atual, uma vez que as problemáticas vivenciadas por todos os países influem também nas relações exteriores, tal como a situação dos refugiados. Logo, reafirma-se a relevância de analisarmos a construção do espaço e aspectos documentadamente inerentes.

Afinal, para compreendermos aspectos presentes no contexto atual faz-se necessário aprendermos o desenrolar das conformações históricas da sociedade, que justificam os padrões construídos e as modificações milenares, e, fundamentam a construção do conhecimento da atualidade. Embora essa afirmação seja inequívoca, com as fragilidades do contexto atual faz-se necessário reafirmarmos as obviedades. Sendo assim, ratifico a importância desta leitura, que evidencia análises imprescindíveis e contemporâneas.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM – O SACRIFÍCIO LOCAL PELO ZELO GLOBAL	
Geovana Freitas Paim	
DOI 10.22533/at.ed.8921923121	
CAPÍTULO 2	12
ZONAS TRANSFRONTEIRIÇAS, DELIMITAÇÃO SOCIOESPACIAL E TERRITORIAL DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE JIMANÍ (REPÚBLICA DOMINICANA) E POSTO FRONTEIRIÇO DE MALPASSE/ FONDS-PARISIEN (HAITI)	
Guerby Sainté	
DOI 10.22533/at.ed.8921923122	
CAPÍTULO 3	24
CONGO: CONFLITOS GEOPOLÍTICOS POR RECURSOS MINERAIS	
Dante Severo Giudice	
André Lucas Palma Barbosa	
Cíntia Silva de Jesus	
Mariana Oliveira Santana	
DOI 10.22533/at.ed.8921923123	
CAPÍTULO 4	36
AS TECNOLOGIAS E A RELAÇÃO LOCAL-GLOBAL: DISCUTINDO DIVERSIDADE E CONFLITOS NA DISCIPLINA DE GEO-HISTÓRIA E TERRITORIALIDADES	
Jaqueline Machado Vieira	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.8921923124	
CAPÍTULO 5	56
MEMÓRIA E ENSINO DE GEOGRAFIA POLÍTICA NA CASA DO IDOSO DE IMPERATRIZ – MA	
Diego Armando de Sousa Paz	
Fernanda Ferreira Silva Sanches	
Allison Bezerra Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.8921923125	
CAPÍTULO 6	72
IDEAL DE CONSUMO E URBANIZAÇÃO: A VIOLÊNCIA URBANA E SUAS FACES NAS METRÓPOLES DO SUDESTE BRASILEIRO	
Kauê Santos Lima	
DOI 10.22533/at.ed.8921923126	
CAPÍTULO 7	86
PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, OS SISTEMAS POLÍTICOS E A PRIMAZIA DA CIDADE DE SANTOS, SP	
Hilmar Diniz Paiva Filho	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.8921923127	

CAPÍTULO 8 97

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM CIDADES MÉDIAS: DINÂMICA IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL
E EXPANSÃO URBANA EM RESENDE- RJ

Marília Baldo Simões

DOI 10.22533/at.ed.8921923128

SOBRE A ORGANIZADORA..... 110

ÍNDICE REMISSIVO 111

MEMÓRIA E ENSINO DE GEOGRAFIA POLÍTICA NA CASA DO IDOSO DE IMPERATRIZ – MA

Diego Armando de Sousa Paz

Bolsista de Extensão na UEMASUL-MA
Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA -
GPS
Imperatriz - MA

Fernanda Ferreira Silva Sanches

Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA -
GPS
Bolsista de Extensão na UEMASUL-MA
Imperatriz - MA

Allison Bezerra Oliveira

Prof. Adjunto na UEMASUL-MA
Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA -
GPS
Imperatriz - MA

RESUMO: O presente trabalho apresenta os resultados obtidos em extensão universitária desenvolvida sobre o ensino de Geografia Política para idosos, na Casa do Idoso Feliz, no município de Imperatriz, estado do Maranhão. Considerando o papel do idoso no processo democrático brasileiro, questiona-se qual é o nível de compreensão dos idosos sobre política. Em termos metodológicos, utilizou-se questionários abertos como instrumento de coleta de informações junto à população pesquisada. A partir dos dados coletados, construiu-se gráficos e realizou-se oficinas sobre temas ligados à Geografia Política;

também se construiu um acervo fotográfico. Os resultados encontrados sugerem que embora haja expressiva participação de idosos nos processos eleitorais, é superficial a compreensão de conceitos fundamentais acerca da política e de seus impactos na vida cotidiana.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Política; Idoso; Imperatriz.

MEMORY AND TEACHING OF POLITICAL GEOGRAPHY IN THE HOUSE OF THE ELDERLY OF IMPERATRIZ – MA

ABSTRACT: The present work presents the results obtained in a university extension developed on the teaching of Political Geography for the elderly, in the Casa do Idoso Feliz, in the municipality of Imperatriz, state of Maranhão. Considering the role of the elderly in the Brazilian democratic process, the level of understanding of the elderly about politics is questioned. In methodological terms, open questionnaires were used as an instrument for collecting information from the researched population. From the data collected, graphs were constructed and workshops were held on topics related to Political Geography; a photographic collection was also built. The results suggest that although there is an expressive participation of the elderly in the electoral processes, it is superficial the understanding of fundamental

concepts about politics and its impacts on daily life

KEYWORDS: Political Geography, Elderly, Imperatriz.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil vem percorrendo um longo caminho na busca da plena promoção dos direitos dos idosos, e mesmo com os avanços na seguridade social proporcionados pela Constituição Federal de 1988, ainda resta muito a ser feito, sobretudo em relação aos idosos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e familiar. Dessa forma, há que se pensar em questões cotidianas que contribuem para a garantia da dignidade da pessoa humana como um direito do idoso: a educação política é uma dessas questões.

Nesse sentido, a Política Nacional do Idoso - PNI (Lei nº 8.842/1994), já no art. 1º, apresenta sua finalidade: assegurar os direitos sociais do idoso e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Em consonância com essa lei, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) visa garantir especificamente os direitos fundamentais da pessoa idosa, principalmente no que se refere às suas condições de saúde, dignidade e bem-estar. No que diz respeito à educação, o Estatuto assegura que se trata de um direito do idoso e ressalta no art. 10, inciso III, alínea “a”, que se deve adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso.

Assim, no intuito de promover a inclusão, minimizar a discriminação e desenvolver atividades no âmbito dos direitos dos idosos, o Decreto nº 1.948/1996, que regulamenta a Política Nacional do Idoso, em seu art. 4º, prevê os tipos de atendimento em modalidade não-asilar: dentre eles, os centros de convivência. Estes, segundo a legislação, são locais destinados à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania.

Um exemplo de centro de convivência é a Casa do Idoso Feliz, localizada no município de Imperatriz, no estado do Maranhão. Desde sua gênese, o local tem o objetivo de contribuir para o processo de desenvolvimento saudável das pessoas na terceira idade, assim como também possibilitar o acesso a sistemas públicos que venham a melhorar a vida dos idosos. Dentre as inúmeras atividades disponíveis nessas instituições, a educação é uma das mais importantes, pois contribui para o desenvolvimento da autonomia nas diversas esferas da vida cotidiana do idoso.

Nesse contexto, apresenta-se a Geografia como ciência crítica e cidadã que tem papel fundamental no processo de educação à medida que permite compreender conceitos da área de modo interdisciplinar e transversal com outras áreas do conhecimento. Partindo dessa perspectiva, o ensino de Geografia Política constitui-se como ferramenta essencial para uma análise crítica da sociedade e do ambiente na qual está inserida.

Portanto, o objetivo do presente artigo é apresentar os resultados obtidos em extensão universitária desenvolvida sobre o ensino de Geografia Política para idosos, na Casa do Idoso Feliz, no município de Imperatriz. Considerando o papel do idoso no processo democrático brasileiro, questiona-se: qual seu nível de compreensão sobre política?

Além desta introdução, da seção de metodologia e das considerações finais, este trabalho estrutura-se também nas seguintes seções teóricas: a primeira, *Casa do Idoso e a educação na terceira idade*, que apresenta dados referente à Casa do Idoso Feliz, legislação prevista para os idosos e o que a lei destaca sobre o direito deles à educação; e a segunda, *Memória política e o ensino de Geografia Política*, que aborda conceitos de política e democracia relacionando-os com o papel da memória política no ensino de Geografia Política. Por último, em *Resultados e discussões*, são apresentados os resultados obtidos na pesquisa e discutidos à luz da literatura que embasa o trabalho.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa tem caráter quali-quantitativo, teve como universo os idosos atendidos pela Casa do Idoso Feliz, do município de Imperatriz, estado do Maranhão, para os quais foi oferecido o ensino de Geografia Política. A pesquisa foi dividida em três momentos: a) o primeiro, exploratório, compreendeu a observação do *lôcus* de ação educativa e sua rotina, bem como o público atendido; b) o segundo, o desenvolvimento de atividades propriamente ditas: aplicação de questionário simples sobre particularidades socioeconômicas dos idosos, desenvolvimento de oficinas de aulas com temas previamente definidos e, por fim, aplicação de atividades de fixação; e c) o terceiro incluiu a compilação dos resultados, a partir da análise e sistematização das atividades respondidas, das quais se extraíram dados e informações, além do acervo fotográfico.

Dentre os participantes da pesquisa, 133 pessoas responderam os questionários e 150 participaram das oficinas de ensino de Geografia Política. Os temas abordados nas aulas foram o “ser político”, sistema político brasileiro, Estado, formas de governo e democracia; questões pertinentes a essas temáticas foram debatidas pelos idosos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Casa do idoso e a educação na terceira idade

Os centros de convivência denominados Casa do Idoso, no formato como atualmente se conhece no país, são instrumentos assistenciais relativamente novos. Fruto de importante política social voltada para a terceira idade, esse tipo de centro define-se como “local destinado à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas

atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania” (BRASIL, 1996, online). Tal instrumento é resultado de avanços nos debates mundiais e nacionais acerca da importância de se manter a dignidade da pessoa na terceira idade, a exemplo da Constituição Federal de 1988, que destaca os deveres do Estado para com os idosos, incluindo os programas de atendimento.

No caso específico da Casa do Idoso Feliz, localizada em Imperatriz, trata-se de um centro de convivência criado em 1994, com o objetivo de realizar atividades lúdicas que venham a contribuir para o processo de desenvolvimento saudável das pessoas na terceira idade, além de fornecer assistência a serviços públicos a que os idosos tenham direito. É gerida pela administração pública municipal e vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES).

A instituição desenvolve atividades na área de saúde, educação, lazer e assistência social, em conformidade com o que preconiza o Estatuto do Idoso, segundo o qual:

Art. 3º. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003, online).

Nesse contexto, a Casa do Idoso Feliz atende pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e promove seu acesso a serviços e programas públicos das áreas já mencionadas. As atividades desenvolvidas no local amparam-se nas determinações do Estatuto do Idoso e nas transformações no campo da assistência social advindas da Constituição Federal de 1988. Dentre os programas desenvolvidos na Casa do Idoso, um dos principais focos é assegurar o direito do idoso à saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelece o estatuto:

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos. (BRASIL, 2003, online).

No que se refere a educação, cultura, esporte e lazer, a legislação é bem específica em relação aos direitos dos idosos. Segundo o art. 20 do Estatuto: “o idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade” (BRASIL, 2003, online). Logo, o objetivo é promover melhores condicionantes de vida tais como a valorização da autoestima, o fortalecimento de vínculos familiares e o acesso aos direitos básicos previstos no estatuto. Além dessas ações, a Casa do Idoso Feliz desenvolve outras, quais sejam: alimentação, dança, música, teatro etc., contando para isso com uma equipe multidisciplinar formada por pedagogos, educadores físicos, psicólogos,

enfermeiros, terapeuta ocupacional, assistente social e médico.

Quanto à educação na terceira idade, amplamente preconizada pelo estatuto, este, em seu art. 21, destaca que o “poder público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados” (BRASIL, 2003, online). Nesse sentido, deve-se pensar ações nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. A Casa do Idoso Feliz é resultado de ações dessas três esferas sob gestão municipal.

Ações dessa natureza são primordiais, na medida em que os idosos, principalmente aqueles que vivem em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, são colocados à margem dos aspectos fundamentais da sociedade, como a família e os direitos básicos. Conforme evidencia Oliveira, R. (1999, p. 71), “a sociedade coloca o velho em uma situação típica de marginalização social, na proporção em que ergue contra ele inúmeras barreiras sociais e desenvolve atitudes de preconceito e discriminação social”. No seio desse problema, compreende-se a educação como uma das principais ferramentas para inclusão do idoso na sociedade devido à autonomia que ela lhe permite desenvolver.

De acordo com o art. 25 do Estatuto do Idoso, “o poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual” (BRASIL, 2003, online). Dessa maneira, o poder público tem o dever de criar uma universidade aberta para a terceira idade no intuito de dar aos idosos acesso à educação, assim ofertando a eles qualidade de vida e oportunidade de desenvolvimento intelectual. Além disso, a legislação incentiva que as publicações produzidas para o idoso considerem suas necessidades de conteúdo e forma. Nessa perspectiva, Oliveira, R., Scortegagna e Oliveira, F. (2011, p. 90) afirmam que

[...] tão fundamental quanto à cidadania, é o direito pela educação, pois não se alcançará a cidadania sem que haja conhecimento pleno deste direito. Logo, pensar a educação para a terceira idade, é pensar mais que uma ocupação para o idoso, é permitir uma ação intensiva e intencional para que este sujeito se perceba, entenda seu entorno social, político e econômico, como também não seja ludibriado ou tenha seus direitos negligenciados.

Neste contexto de debilidades e potencialidades, a Geografia, como ciência crítica e cidadã, apresenta-se como importante instrumento educacional e emancipatório na medida em que compartilha conhecimentos de diversas áreas da vida do idoso. Assim, o ensino de Geografia Política contribui para a emancipação dos idosos, uma vez que lhes permite conhecer e pensar criticamente sobre o “ser político” e a geograficidade das atividades políticas, sobretudo na terceira idade.

Memória política e o ensino de geografia política

O geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) foi o grande fundador da Geografia Política, lançando, em 1897, as bases conceituais e teóricas da área em sua obra homônima. Em 1902, lançou a segunda edição, acrescentando-lhe um subtítulo, “Geografia Política: uma geografia dos Estados, do comércio e da guerra”. O autor explica a indissociável relação entre a política e o espaço, de onde decorre a importância dos estudos que ele inicia:

Como o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras, constituiu-se bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido de vista com frequência a importância do fator espacial, da situação, etc., considera-se, entretanto, como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo. Abstrai-lo numa teoria do Estado é uma tentativa vã que nunca pôde ter êxito senão de modo passageiro. (RATZEL, 1983, p. 93).

Dessa maneira, as relações entre a política e a geografia constituem um importante campo da ciência geográfica: a Geografia Política. De acordo com Castro (2005, p. 17), esta “pode ser compreendida como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da Geografia com a política e vice-versa”. Um de seus focos é analisar como os fenômenos políticos desdobram-se no âmbito das relações sociais.

Nesse sentido, segundo Font e Rufi (2006), além dessas reflexões mais gerais, Ratzel entra mais precisamente em uma geografia política pragmática, tentando dar cobertura científica ao comportamento territorial do Estado. Em “Geografia Política”, de 1897, ele detalha e explica questões como: o Estado e o mar; localização e expansão dos Estados; fronteira, demografia e o potencial dos Estados; e migrações. Ressalta a relação do Estado com o território ao afirmar que homem e Estado dependem do solo terrestre. “Quando nós falamos de Estado, designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade ou uma obra humana e, ao mesmo tempo, uma superfície terrestre (RATZEL, 1987, p. 60)”.

A obra de Ratzel abre a discussão e a construção em torno do conceito de território, sobretudo por este ser claramente fruto de uma ação política. Assim, a Geografia Política estabelece uma relação com a cidadania, o pertencimento e o território – estes, também intrinsecamente relacionados. Gottmann (2012, p. 523) define território como a coincidência entre um espaço geográfico e uma jurisdição de governo. “Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia.”

A política consiste em tomar decisões e fixar regras destinadas a todos, ao espaço público e ao bem comum, assim, independentemente da condição, status, cargo, formação ou origem, deve buscar a legitimação de seus atos. Nessa perspectiva, é o

meio mais eficaz para organizar a vida em sociedade e garantir o respeito aos direitos humanos. O ser humano pratica política em seu cotidiano, seja na administração do orçamento doméstico, na mediação de conflitos familiares ou na forma de se relacionar com os vizinhos, logo, política não diz respeito apenas ao exercício do poder público. Queiroz (2012, p. 9) pontua que

é também pela via política que o povo escolhe seus representantes, tanto aqueles que, em seu nome, vão administrar as coisas públicas e governar – ou executar as políticas ou prioridades, de cujas escolhas a sociedade pode participar com mais ou menos intensidade – quanto aqueles que vão fazer as leis, acompanhar e fiscalizar os governos.

Dessa forma, em democracias representativas, como o Brasil, o povo escolhe seus representantes dos Poderes Executivo e Legislativo. Nesse viés, a escolha do Executivo é fundamental para a gestão econômica e social de um país, assim como a escolha dos representantes do Legislativo é de suma importância para a criação das leis que irão entrar em vigor. Queiroz (2012) explica como se dá a participação popular nas democracias representativas e participativas:

Democracia é o regime político participativo que tem como pressuposto a liberdade e a igualdade política. Nela o cidadão tem o poder de tomar decisões políticas, indiretamente, por meio dos seus representantes, eleitos pelo voto (universal e secreto), ou diretamente, por intermédio de plebiscito (povo consultado antes da aprovação da lei), de referendo (povo consultado após aprovação da lei) e de iniciativa popular (propor projeto de lei). (QUEIROZ, 2012, p. 13).

A ideia de participação no campo da política foi bastante revitalizada no Brasil após o jejum democrático imposto pela Ditadura Militar e recebeu, ainda, um forte impulso do avanço da modernidade ou do salto pós-moderno, segundo alguns autores, que se acelerou no final do século XX (ROZENDO; JUSTO; CORREA, 2010). Nesse mesmo sentido, Simões (2007) afirma que os idosos vêm ocupando um papel importante no contexto político do Brasil redemocratizado e ressalta importantes participações, como o movimento dos aposentados e pensionistas, que culminou em um famoso episódio de protagonismo da população idosa.

Santos et al (2010, p. 14) afirmam “que a democracia e a memória política não são resultados de um processo histórico linear, singular e acabado, com início, meio e fim, mas sim uma construção social e política sem fim, a ser constantemente aprimorada, que envolve múltiplos atores políticos e sociais”. Portanto, tanto a democracia quanto a memória política são objetos dinâmicos e sempre em processo de aperfeiçoamento. Nesse sentido, Ansara (2005, p. 40) destaca

a importância de estabelecer a relação entre memória coletiva e consciência política, procurando perceber em que medida o que é lembrado reflete a consciência política de lideranças sindicais, lideranças comunitárias ou jovens com vivências em contextos históricos diferentes e/ou em que medida a consciência política

destas pessoas oferece elementos para a construção de uma memória política.

Observa-se, pois, que a memória coletiva é um processo caracterizado pelo compartilhamento de um mesmo evento histórico vivenciado por diversas pessoas, reverberando na criação de uma consciência política. Dessa relação surgem elementos para a construção de uma memória política, fruto de uma construção espacial. Nesse contexto insere-se a Geografia Política, definida por Castro (2005, p. 17) como “um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da geografia com a política e vice-versa”. A autora explica que os conhecimentos produzidos nessa área resultam “da interpretação dos fatos políticos, em diferentes momentos e em diferentes escalas, com suporte numa reflexão teórico-conceitual desenvolvida na própria geografia ou em outros campos como a ciência política, sociologia, antropologia, relações internacionais etc.” (CASTRO, 2005, p. 17).

A Geografia Política abre espaço para se falar de fatos políticos, que, por sua vez impactam sobremaneira na vida de todos os indivíduos. Temas como reforma trabalhista, reforma política, corrupção, representatividade, democracia representativa e sistemas políticos são, nesse sentido, muito pertinentes à disciplina. Por isso se considera que a área pode contribuir para o desenvolvimento da cidadania dos idosos. Gordon e Wooldridge (1967) contextualizam esse campo da Geografia, que, de acordo com eles,

[...] diz respeito às relações existentes entre os fenômenos geográficos e políticos, e decorre do fato de que os Estados, em sua condição de comunidades politicamente organizadas, não de inevitavelmente possuir base e localização geográficas. A natureza dessa relação permaneceu, durante longo tempo, antes pressentida do que realmente compreendida, sendo objeto de amplas generalizações, tais como a de Montesquieu, segundo as quais as formas de Governo e as instituições políticas seriam o resultado de fatores climáticos diferenciados. Foi somente com o advento da Geografia de caráter científico que o estudo atento de países específicos e de certos problemas políticos logrou ser realizado de maneira proveitosa, sendo, então, proporcionada útil contribuição à Geografia. (GORDON; WOOLDRIDGE, 1967, p. 128).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2017, p. 77). Portanto, a cidadania constitui-se também como um dos grandes objetivos da educação no nosso país. Nessa lógica, enquanto disciplina, a Geografia Política também está imbuída do objetivo de formar o cidadão.

Indo na mesma direção, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) destacam a importância de se ensinar uma Geografia que contribua para o desenvolvimento do pensamento crítico e que permita aos alunos se perceberem como atores que agem individual e coletivamente na construção de paisagens e lugares,

entendendo-se como parte do espaço geográfico. Por isso,

os eixos temáticos e suas interações interdisciplinares com os temas transversais e demais áreas foram propostos com o objetivo de auxiliar o professor a ensinar uma Geografia em que os alunos possam realizar uma leitura da realidade de forma não fragmentada, para que seus estudos tenham um sentido e significado no seu cotidiano, e no qual a sua vida no lugar possa ser compreendida interagindo com as pluralidades dos lugares, num processo de globalização, fortalecendo o espírito de solidariedade como cidadão do mundo. (BRASIL, 1998, p. 61-62).

O documento ainda pontua que uma das grandes contribuições das novas correntes fenomenológicas da Geografia foi buscar explicar e compreender o espaço geográfico não somente como produto de forças econômicas ou de formas de adaptação entre o homem e a natureza, mas também como produto de fatores culturais. Logo, o desafio do ensino de Geografia no mundo atual é formar alunos capazes de decidir sobre o que os afeta, e com a política não seria diferente.

Com esses avanços no que diz respeito ao ensino de Geografia e Geografia Política, vale ressaltar os seguintes questionamentos: a Geografia Política é importante na formação do cidadão? Qual sua contribuição no cotidiano dos idosos? Essas questões vão ao encontro da necessidade de resgatar a memória política dos idosos, para o que contribui o ensino da Geografia Política.

Em vista disso, a Geografia Política tem o papel fundamental na compreensão dos fatos políticos, sociais e econômicos do Brasil e do mundo. Pode também auxiliar nas lutas pelos direitos individuais e coletivos, subsidiar a escolha crítica de representantes no regime democrático, enfim, apoiar os indivíduos – no caso deste estudo, os idosos – a exercerem a cidadania. Aqui vale destacar o conceito de cidadão, que, para Dallari (1984), é mal definido, ambíguo e usado em diferentes sentidos. Enquanto alguns o utilizam com o intuito de “eliminar diferenças entre os seres humanos, ou seja, como expressão de igualdade. Todos são cidadãos, portanto, todos são iguais. Outros, porém, lhe dão significação mais restrita. Consideram cidadãos aqueles que têm responsabilidades públicas, inclusive o direito de participar de decisões políticas” (DALLARI, 1984, p. 61).

Diante disso, com o objetivo de despertar a memória e assim a criticidade dos idosos da Casa do Idoso Feliz, como também contribuir para a formação e consolidação da cidadania, propôs-se o aprendizado de temas da Geografia Política por meio de soluções alternativas, como debates, assim, auxiliando os idosos a entender as temáticas abordadas.

O ensino de geografia política para idosos

Uma das principais questões em torno da alfabetização política ou da compreensão do funcionamento político do país está vinculada à formação inicial da pessoa. O conceito de pessoa alfabetizada, no Brasil, ainda deixa muito a desejar, tanto o conceito

instituído pelo Estado quanto o do senso comum. Usualmente, associa-se alfabetização a “saber ler”, o que não necessariamente implica qualidade de interpretação e conexão com a realidade. Desta forma, a primeira parte da pesquisa visou compreender o nível de escolaridade do público-alvo (Gráfico 1).

No gráfico observa-se que a grande maioria dos idosos, 65%, tem apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto 14% deles têm o ensino médio completo. Contudo, quando perguntados sobre seu nível de alfabetização e compreensão de textos mais complexos, 80% deles consideram ter dificuldades de interpretação e até mesmo de escrita, podendo ser enquadrados como analfabetos funcionais. Em vista de tal particularidade, são ofertadas atividades educativas na Casa do Idoso Feliz.

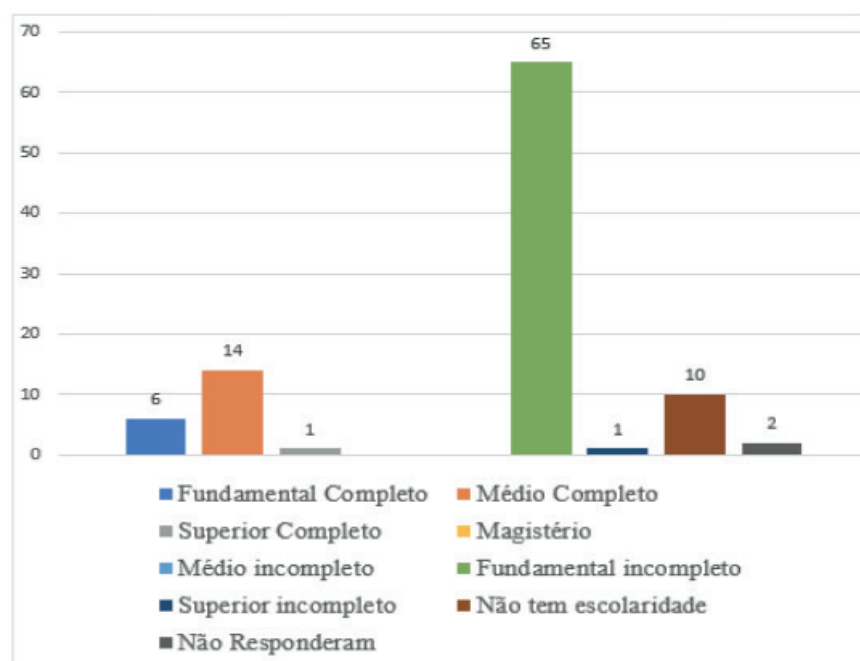


Gráfico 1 - Nível de escolaridade da população pesquisada

Fonte: Os autores (2019)

Em relação à idade dos entrevistados (Gráfico 2), há um percentual de 54% de idosos com idade entre 60 e 69 anos e de 46% de idosos entre 70 e 90 anos. Muito embora todos tenham afirmado que votaram nas últimas eleições, é importante frisar que, conforme prevê a Constituição Federal (art. 14, parágrafo 1º), o voto é obrigatório para os cidadãos alfabetizados maiores de 18 anos e menores de 70 anos. No entanto, é facultado para os jovens a partir de 16 anos e para os idosos acima de 70 anos.

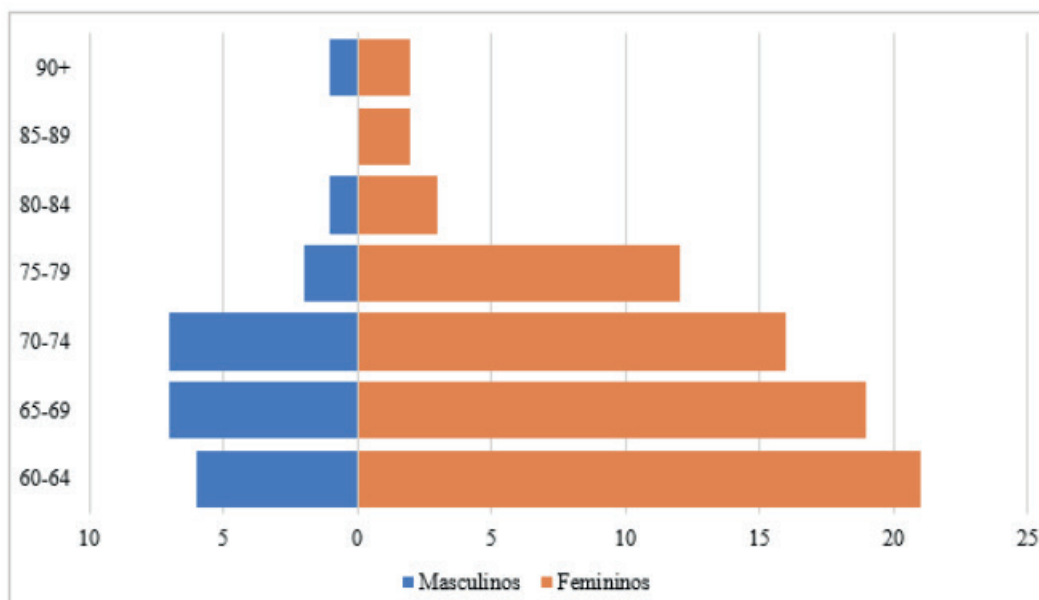
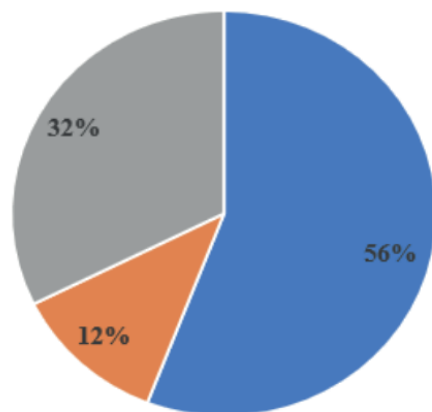


Gráfico 2 - Pirâmide etária da Casa do Idoso Feliz

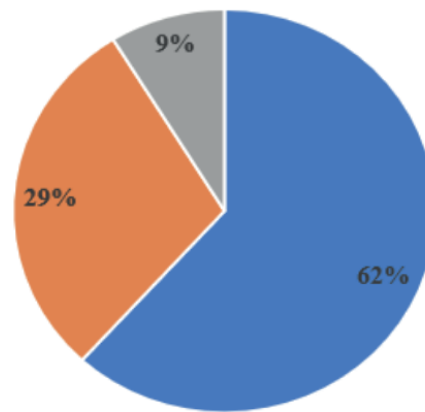
Fonte: Os autores (2019)

A relação entre uma real alfabetização e o voto cria, no Brasil, historicamente, uma discrepância - nas mais diversas faixas etárias - na análise da política e, como consequência, a compreensão de como funcionam os três Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em suas esferas de ação. Embora com a difusão cada vez maior das tecnologias de informação, processamento e comunicação que fazem com que tenha havido uma participação mais ativa da população no debate político no país nos últimos anos, quando se busca verificar o nível de compreensão sobre democracia ou política, do ponto de vista conceitual (Gráficos 3 e 4), os resultados não acompanham essa tendência, mostrando-se mais alinhados com os níveis de escolaridade dos pesquisados.

O Gráfico 3 mostra a análise a respeito do entendimento da política na percepção dos idosos, concluindo que 32% deles afirmaram que política é algo referente à escolha dos representantes do Estado; 12% disseram que política é apenas a prática de corrupção; e 56% deles afirmaram não ter nenhuma compreensão a respeito de política. Do ponto de vista conceitual, há, portanto, pouco entendimento acerca dos temas, dando lugar, no imaginário dos idosos, a análises vagas e de senso comum.



- Não compreender nada sobre política.
- Apenas corrupção.
- Política é o direito de escolher os representantes que irão governar o país.



- Não saber o que significa democracia.
- Democracia é o direito de escolher os representantes que irão governar o país.
- É o direito de ir e vir se manifestar e votar.

Gráfico 3 - Sobre a compreensão quanto à política

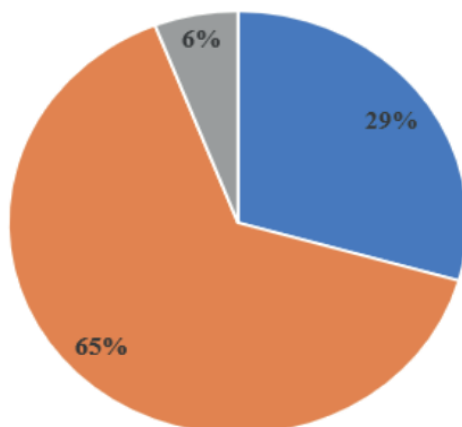
Gráfico 4 - Quanto ao entendimento

acerca da democracia

Fonte: Os autores (2019)

A debilidade de compreensão sobre política e o papel da democracia vem acompanhada de aversão ao “ser político”, corriqueiramente confundido com a política partidária exercida pelos partidos e os seus representantes políticos eleitos. O “ser político”, assim, é, no imaginário popular do idoso, sinônimo de condutas negativas, e não parte do “ser” humano na sociedade.

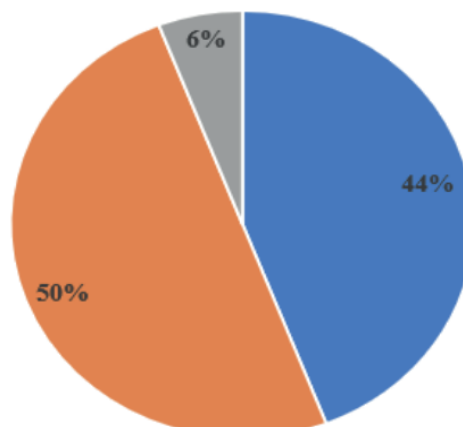
Nessa linha de raciocínio, compreendendo os atuais processos em curso na política brasileira, considerando os papéis do presidente e a quantidade de notícias falsas que moldam contornos e resultados políticos, questionou-se (Gráficos 5 e 6) os idosos quanto ao que esperam do atual presidente e da sua política de governo e sobre a importância da política no desenvolvimento do país. À primeira questão (Gráfico 5), observa-se que 65% afirmaram esperar um bom governo, mas estão temerosos do que irá encontrar pela frente em relação ao atual presidente; já 29% afirmaram que ainda é muito cedo para falar sobre o atual momento político; e 6% disseram ter preferência pelo governo anterior.



- É muito cedo para afirmar algo.
- Espera-se um bom governo.
- Preferência ao antigo governo do Partido dos Trabalhadores – PT.

Gráfico 5 - Sobre a presidência do país

Fonte: Os autores (2019)



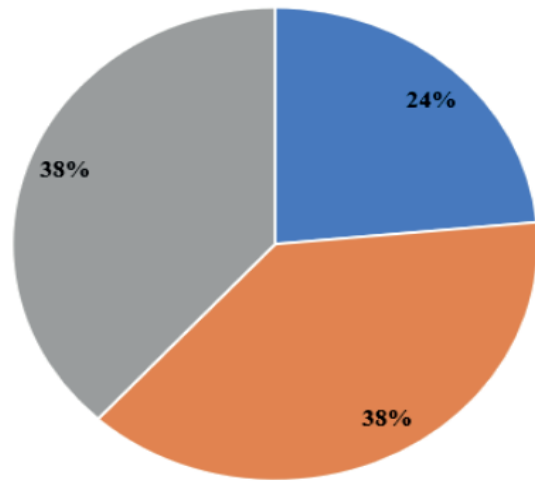
- Não saber qual a importância da política.
- É muito importante, pois assim pode se discutir o melhor para o país.
- Importante, contudo, os políticos usam para o seu próprio benefício.

Gráfico 6 - Sobre a importância da política

Fonte: Os autores (2019)

Embora as respostas do Gráfico 5 apontem para possíveis aproximações com os contornos políticos atuais, vale frisar que as principais fontes de informação dos entrevistados são a televisão e as redes informacionais, o que pode dar aos grupos percepções superficiais da realidade política, fundamentadas em informações duvidosas. Isso tem a ver com a questão apresentada no Gráfico 6, segundo a qual 44% dos pesquisados afirmaram não saber a importância da política. Mesmo com 50% deles tendo dito que a política é de fato relevante para o país, não sabem dizer quais pautas são discutidas pelos seus candidatos, quais suas políticas e que impactos podem causar na vida dos idosos.

Na sequência, questionados acerca da preferência pelas políticas dos governos, a política atual e a anterior, 24% disseram que preferem a anterior; 38%, que a atual é melhor que a antiga; e 38%, que não existem diferenças significativas entre ambas. Apesar desse percentual, nenhum dos entrevistados soube responder quais seriam as eventuais diferenças entre as políticas de cada governo.



- Preferência pelo modelo de gestão dos governos anteriores.
- Espera-se que seja melhor que o antigo, no entanto já mudou muito.
- Não houveram muitas mudanças.

Gráfico 7 - Quanto à compreensão da atual política de governo e da anterior

Fonte: Os autores (2019)

Em vistas de tais resultados, partiu-se para o desenvolvimento de oficinas temáticas sobre Geografia Política compreendendo debates sobre o “ser político”, sistema político brasileiro, Estado, formas de governo e democracia. Afora as debilidades de compreensão encontradas no percurso, as atividades tiveram, além das aulas expositivas dialogadas, também atividades de fixação com estudantes bolsistas de extensão do curso de Geografia.



Figura 1 - Atividades de ensino na Casa do Idoso Feliz

Fonte: Os autores (2019)

Assim, no segundo momento, o desenvolvimento de atividades propriamente

ditas, foram aplicados dois questionários, em momentos distintos, pautados em discussão e diálogo relacionados a assuntos do cotidiano dos idosos. O primeiro buscou analisar o perfil socioeconômico dos participantes (sexo, idade e grau de escolaridade); o segundo buscou descobrir qual relação entre o grau de escolaridade e a percepção da política atual e atuação nela, a fim dialogar sobre política, governo e democracia.

Além dos questionários, houve uma interação com os idosos através de palestras e debates em forma de rodas de conversas, onde foi observado que além de terem grandes limitações conceituais sobre o tema, também apresentam divergências de opinião em relação à política no âmbito da gestão governamental, demonstrando, dessa forma, preferências por governos e partidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos a partir da pesquisa direta e das atividades desenvolvidas na Casa do Idoso Feliz nos sugerem que, apesar do índice de analfabetismo ser consideravelmente baixo entre os idosos entrevistados, existe significativa limitação na compreensão de conceitos básicos relacionados à Geografia Política. Reflexo de educação precária e de índices que consideram apenas o “saber ler e escrever” como alfabetismo, revelam debilidades que impactam em outras esferas da vida educacional do idoso.

Há também profunda debilidade no entendimento sobre o sistema político brasileiro, além de pouca memória acerca dos processos políticos anteriores e em curso. As ações desenvolvidas para discutir essas questões se mostraram profícuas na medida em que permitiram o exercício de atividades de fixação e de ativação da memória em face de aspectos políticos do cotidiano do idoso. Por fim, cabe ressaltar que o distanciamento entre a memória política e o exercício da cidadania pode ser diminuído por meio do ensino de Geografia Política, considerando as limitações, contextos e adversidades do público-alvo.

REFERÊNCIAS

ANSARA, S. **Memória política da ditadura militar e repressão no Brasil**: uma abordagem psicopolítica. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 52. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996**. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1948.htm. Acesso em: 5 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o

Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 5 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 5 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 5 de jul. 2019.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DALLARI, D. A. Ser cidadão. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 61-64, set. 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/v1n2/a14v1n2.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

FONT, J. N. R.; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

GORDON E.; WOOLDRIDGE, S. W. **Espírito e propósitos da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012. Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86/2012v2n3_Gottmann. Acesso em: 5 jul. 2019.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F. S. **O envelhecimento e a velhice: teorias, demografia e política**. Curitiba: CRV, 2011.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis**. São Paulo: Paulinas, 1999.

QUEIROZ, A. A. **Noções de política e cidadania no Brasil**. Brasília: DIAP, 2012. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/68-nocoos-de-politica-e-cidadania-no-brasil/366-nocoos-de-politica-e-cidadania-no-brasil>. Acesso em: 5 jul. 2019.

RATZEL, F. **La géographie politique**. Paris: Fayard, 1987.

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 2, p. 93-101, 1983. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47081/50802>. Acesso em 5 jul. 2019.

ROZENDO, A. S.; JUSTO, J. S.; CORREA, M. R. Protagonismo político e social na velhice: cenários, potências e problemáticas. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 35-52, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/4857/3438>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SANTOS, B. S. et al (org.) **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; Portugal: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2010.

SIMÕES, J. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: BARROS, M. (org.) **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 13-34.

SOBRE A ORGANIZADORA

Thaislayne Nunes de Oliveira: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Campo 7, 8, 9, 10, 11, 21, 36, 37, 38, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 61, 62, 63
Camponeses 6, 36, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 78
Capital 7, 9, 16, 17, 30, 33, 39, 41, 44, 45, 49, 50, 52, 83, 84, 89, 90, 91, 93, 94, 108, 109
Capitalismo 2, 39, 48, 52, 79, 82, 85, 90
Capitalista 38, 47, 48, 49, 52, 54, 79, 92, 107
Cidades 2, 12, 15, 17, 19, 27, 30, 39, 73, 78, 79, 80, 81, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 102, 107
Conflito 16, 23, 28, 31, 33, 34, 35, 46, 49
Consumo 6, 42, 47, 72, 73, 74, 76, 79, 82, 83, 84, 98, 107

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 19, 29, 39, 41, 48, 50, 52, 57, 58, 59, 60, 63, 67, 69, 73, 74, 76, 77, 80, 86, 88, 89, 92, 93, 98, 101, 102, 107, 108
Desigual 39
Desigualdade 83, 84
Dialética 36, 37, 46, 73
Dialético 41, 48

E

Econômico 4, 16, 18, 19, 20, 21, 33, 50, 60, 73, 75, 82, 88, 89, 90, 106, 107
Educação 7, 11, 16, 36, 37, 38, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 63, 70, 71, 81, 84
Energia 1, 3, 6, 9, 10
Eólica 3, 9, 10
Eólicos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10
Espaço 2, 4, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 29, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 55, 56, 61, 63, 64, 72, 73, 76, 78, 79, 82, 83, 86, 87, 89, 92, 94, 96, 97, 104, 106, 108, 110
Estado 2, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 31, 34, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 105, 106, 107, 109

F

Família 2, 6, 10, 22, 47, 48, 59, 60, 63, 89, 110
Familiar 47, 48, 57, 59
Famíliares 6, 51, 59, 62
Fronteiras 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 40, 55, 61, 102
Futuro 6, 87, 95

G

Geografia política 56, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 69, 70
Geográfico 1, 9, 16, 19, 22, 44, 46, 61, 64
Geopolítica 13, 18, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 71

Global 1, 9, 10, 31, 36, 37, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 73

Globalização 8, 9, 16, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 47, 55, 64, 71, 74

I

Idosos 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

Imobiliária 97, 98, 105, 107

Indígenas 38, 44, 45, 50, 51, 52, 87

Industrialização 72, 73, 78, 92

L

Local 1, 9, 10, 12, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 52, 57, 58, 59, 87, 92, 94, 102, 107

M

Memória 56, 58, 61, 62, 63, 64, 70, 71

Mercado 19, 20, 21, 29, 30, 33, 76, 77, 78, 84, 89, 97, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108

Mercadoria 12, 16, 19, 21, 48, 74, 75, 76, 82

Metrópole 89

Movimentos 3, 16, 19, 27, 30, 31, 36, 37, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 109

N

Nacionais 12, 13, 18, 36, 37, 41, 59, 63, 71

Nacional 10, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 22, 28, 49, 53, 57, 61, 70, 71, 72, 78, 82, 92, 95, 99, 106

Natureza 3, 15, 23, 39, 43, 46, 49, 50, 54, 60, 63, 64, 75, 90, 106

P

Paisagem 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 14, 51, 109

Pobreza 1, 2, 7, 30, 73

Política 2, 6, 12, 13, 14, 16, 18, 21, 24, 25, 31, 43, 46, 49, 50, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 84, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 100, 110

Progresso 1, 2, 3, 6, 96

Q

Quilombolas 38, 44, 45, 50, 51, 52, 55

R

Reestruturação produtiva 97, 98, 106, 109

Regional 1, 2, 24, 25, 48, 87, 93

Relações 12, 13, 15, 16, 19, 21, 27, 30, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 61, 63, 74, 75, 83, 86, 95, 97, 99, 104, 107, 108

S

Seres humanos 38, 47, 64

Ser humano 39, 45, 46, 62, 73, 76, 80

Sociais 3, 6, 10, 16, 19, 23, 30, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 60, 61, 62, 64, 71, 73, 74, 75, 77, 81, 82, 83, 86, 104, 108, 110
Social 1, 2, 3, 10, 16, 23, 29, 30, 31, 39, 41, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 98, 101, 107, 108, 110
Sociedade 5, 7, 9, 10, 14, 30, 31, 33, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 57, 59, 60, 62, 63, 67, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 90
Socioeconômica 1, 10, 43, 57, 60, 81, 94
Socioespacial 12, 13, 15, 46, 84
Solo 3, 4, 8, 10, 61, 71
Sujeitos 28, 34, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 51, 52, 77

T

Tecnologia 37, 38, 39, 40, 53, 90
Territorial 1, 12, 13, 15, 16, 19, 22, 27, 36, 37, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 61, 77, 86, 93, 97, 98, 107
Território 1, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 61, 71, 78, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 94, 100, 108

U

Urbanização 54, 72, 73, 78, 83, 84, 88, 93, 95, 97
Urbano 16, 48, 72, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 102, 108

V

Valor 6, 13, 21, 33, 74, 75, 76, 102, 103
Violência 34, 51, 72, 73, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 110

